



ABORTO E DIVÓRCIO: REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA MÍDIA IMPRESSA CATÓLICA DO NORTE DO PARANÁ

Amanda de Souza Ribeiro¹

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro²

Frank Antonio Mezzomo³

Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, Câmpus de Campo Mourão/PR

RESUMO: A pesquisa analisa as representações da mulher veiculadas no ano de 1972 no Jornal Folha do Norte do Paraná, mídia impressa vinculada à Igreja Católica que circulou no norte do estado durante os anos de 1960 e 1970. Realizamos a leitura e tabulação das edições de 1972, que totalizaram 3.607 arquivos eletrônicos em forma de fotos do jornal digitalizado. Pudemos identificar, nas representações veiculadas, influências das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que marcaram o início da década de 1970, como a intensificação do feminismo no Brasil. Diversas matérias buscavam criticar os pensamentos que vinham surgindo na época e as novas formas de pensar a mulher na sociedade. Eram frequentes publicações que teciam críticas à legalização do aborto – comparado à pena de morte, pois o direito à vida seria o mais fundamental – e também ao divórcio, afirmando que esse ato seria condenado por Jesus. As publicações exaltavam a moral, com o objetivo de manutenção e divulgação dos valores cristãos. Com base nos resultados, pudemos constatar a influência de valores religiosos nas matérias analisadas, apesar de o Jornal se intitular laico.

Palavras-chave: Mulher; Religião; Jornal.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar as representações da mulher publicadas no ano de 1972 no Jornal Folha do Norte do Paraná, mídia impressa vinculada à Igreja Católica da diocese de Maringá. Busca-se, por meio da análise,

¹ Mestranda e bolsista CAPES do PPGSeD/Unespar, amad.ribeiro@gmail.com

² Docente do PPGSeD/Unespar, crispataro@gmail.com

³ Docente do PPGSeD/Unespar, frankmezzomo@gmail.com

Realização:

Apoio:



Patrocínio:



PlayBook



verificar os valores, os comportamentos, as relações e os papéis de gênero que emergem da maneira pela qual as mulheres são representadas⁴.

Entendemos que as representações de gênero presentes na sociedade contribuem de forma intensa para a formação, nos indivíduos, do seu eu social, de seus padrões diferenciais de comportamento, e dos modelos com os quais devem se identificar, além de definir valores, atividades e condutas de cada um dos sexos, gerando muitas vezes relações de desigualdade entre mulheres e homens.

O jornal Folha do Norte do Paraná foi fundado em 1962 por Dom Jaime Luiz Coelho, arcebispo de Maringá, e encerrou suas atividades em 1979. O Jornal, que ficou conhecido como o jornal do Bispo, “passou a ser uma referência no Estado para os leitores de mais de cem cidades e até onde alcançava seu poder junto às dioceses” (PAULA, 2009, p. 13). Foi criado com o objetivo de combater o comunismo e propagar a fé cristã. Era intitulado como laico, possuía características comerciais, mas seu proprietário e parte de sua equipe editorial era composta por membros da Igreja Católica.

Ao focar o jornal como fonte de investigação, está-se de acordo com as discussões teóricas oriundas da terceira geração do *Annales*, ainda da década 1970, quando o jornal deixa de ser compreendido como um mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere, ou mesmo como apenas instrumento de dominação, manipulação de interesses e de intervenção na vida social, utilizado pelas classes dominantes (CAPELATO; PRADO, 1980). Ao utilizar o jornal como fonte, e aqui são adequadas as reflexões de Robert Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de modos de vida, perspectivas e consciência histórica (DARNTON, 1990).

Compreendemos que, em nossa sociedade, fazem-se presentes relações de gênero permeadas pela dominação, nas quais o masculino é responsável por ditar

⁴ A pesquisa faz parte de investigação mais ampla, intitulada “Relações de gênero e ensino de História: representações da mulher no Jornal Folha do Norte do Paraná (1971-1974)”, vinculada ao grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder* e coordenada pela orientadora, contando com apoio financeiro da Fundação Araucária.

Realização:



Apoio:



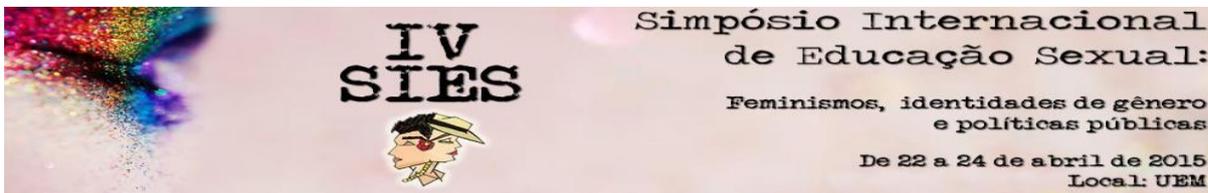
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



os papéis e as relações entre mulheres e homens, onde padrões de comportamento e valores são consagrados e também legitimados socialmente. Dessa forma, a submissão atribuída às mulheres pode ser vista como uma violência simbólica, sendo a relação de dominação do homem sobre a mulher construída historicamente e culturalmente, mas caracterizada com frequência como algo natural e imutável. Vianna e Ridenti afirmam que

Em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e para mulheres; um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 96).

Diante dessa realidade, os estudos de gênero buscam superar a visão naturalizante das diferenças entre homens e mulheres, a qual acaba por atribuir às especificidades biológicas a inferioridade feminina e a dominação masculina, justificando as desigualdades e injustiças presentes na relação entre ambos. A partir da utilização do conceito de gênero, a inferiorização das mulheres passou a ser questionada, e a relação entre homens e mulheres – caracterizada muitas vezes pela assimetria e pela hierarquização – passou a ser vista como permeada por relações de poder (VIANA; RIDENTI, 1998; SOIHET; PEDRO, 2007; ROSA, 2009).

De acordo com Pinsky (2012), é relevante conhecer as representações que predominam em dado momento, uma vez que essas representações afetam o modo de agir, ser e pensar dos indivíduos, assim como suas escolhas de vida e o espaço que ocupam nessa sociedade. O discurso em relação ao que seria “próprio da mulher” influencia políticas públicas, procedimentos jurídicos, valor de salários, educação, prescrições religiosas e também as investigações e as epistemes da ciência em cada período.

Realização:



Apoio:

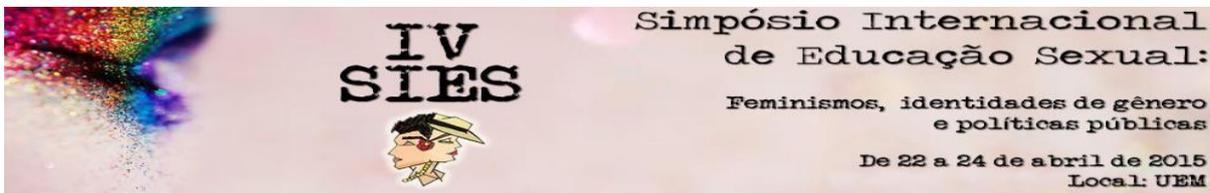


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Quanto ao recorte temporal da pesquisa, destaca-se que o início da década de 1970 é marcado pela fase de endurecimento do regime militar (Governo Médice, 1970-1974), com repercussões nas eleições proporcionais e majoritárias ocorridas em nível local, estadual e nacional (ALCÂNTARA, 1999), além da interveniência do regime na imprensa. Em paralelo, nesse período, é possível perceber modificações no cenário econômico do país, e em especial no Paraná, no qual a década de 1970 encontra-se em processo de industrialização, de urbanização e de investimento no agronegócio com vistas à exportação que, impulsionado pelas políticas do estado, trouxe profundas modificações nas formas de organização da sociedade.

Especificamente com relação à questão da mulher, cabe destacar que diversos fatores, como as mudanças que estavam ocorrendo no país por razão do regime militar, expansão do sistema educacional e também do mercado de trabalho, o processo de modernização, o acesso aos métodos anticoncepcionais, entre outros, contribuíram para a intensificação do feminismo no Brasil nos anos 1970. Nesse ponto, vale mencionar que o ano de 1975 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, devido ao impacto causado pelo feminismo norteamericano e europeu, o que demonstra o fervor das discussões em torno da temática e trouxe ainda mais força para o debate acerca da condição feminina em todo o mundo. No Brasil, a modernização que o país vinha passando desde 1960 gerou mudanças na situação da mulher, colocando em discussão a hierarquia tradicional de gênero. O feminismo inicialmente apareceu nas ruas, surgindo naquele período como resultado da resistência de um grupo de mulheres ao regime militar, após as derrotas daquelas que acreditavam na luta armada. Esse processo ocorreu em plena censura das ditaduras latinoamericanas (SARTI, 2004).

O feminismo no Brasil, na década de 1970, foi marcado pela oposição à situação política que o país vivenciava desde 1964, quando a ditadura militar foi instaurada. Segundo Sarti (2004), os grupos feministas estavam em grande parte ligados a organizações de base marxista, consideradas clandestinas naquele período, e envolvidos intensamente na oposição ao regime militar. De acordo com Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos:

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





A participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, pode ser tomada como um indicador das “rupturas iniciais” que estavam ocorrendo no que era designado, à época, como próprio das mulheres, colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero. (GIANORDOLINASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 360).

Naquele momento questionavam-se as relações de poder entre homens e mulheres, assim como na sociedade em geral. A presença feminina nesse movimento marcaria seu processo de emancipação, pois esses grupos contestavam a ordem vigente. Dessa forma, a militância política foi relevante para o processo de emancipação da mulher.

APRESENTANDO E ANALISANDO AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

Para o desenvolvimento dessa investigação, realizamos a leitura e tabulação das edições do jornal Folha do Norte do Paraná do ano de 1972⁵. Ao todo, foram tabulados e analisados 3.607 arquivos eletrônicos em forma de fotos das edições do jornal, referentes ao ano em estudo. As edições foram lidas na íntegra, procurando-se identificar, separar e descrever todas as notícias, reportagens, propagandas, imagens e demais conteúdos que fizessem referência à mulher.

Desde sua primeira edição, em agosto de 1962, o jornal vem modernizando-se e incorporando elementos gráficos diferentes. No início da década de 1960, apresentava poucos anúncios publicitários e não continha muitas colunas assinadas. De 1962 a 1964, o jornal apresentava as manchetes da capa e da seção esportiva em letras azuis, primeira e última páginas. Em 1972, começa com determinados elementos gráficos semelhantes aos do ano anterior e ao longo do ano sofre alterações, passando a apresentar seu conteúdo organizado por áreas específicas como “Folha Policial”, uma página toda dedicada ao conteúdo de ordem policial;

⁵ As edições referentes a este período, foram digitalizadas e catalogadas pelo grupo de pesquisa *Cultura e Relações de Poder*. Para maiores informações sobre o grupo, acessar: <http://www.fecilcam.br/culturaepoder>.

Realização:



Apoio:

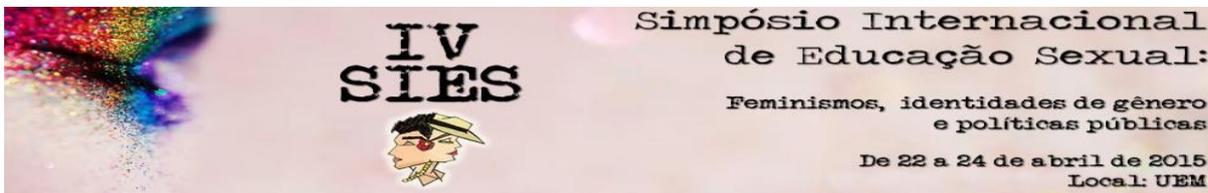


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





“Folha Estadual”, dedicada a publicação de notícias do Estado em geral; “Folha Local”, destinada às notícias locais, entre outras.

De posse de todo o material tabulado, obtido a partir de diferentes seções do jornal, e diante da diversidade de discussões possíveis, optamos, para esse trabalho, por dar ênfase às publicações que discutiam sobre aborto e divórcio, pois entendemos que, no material referente ao ano de 1972, esses foram assuntos que estavam sendo fortemente discutidos ao redor do mundo e que se fizeram bastante presentes nas matérias do jornal.

As publicações, em sua maioria, foram encontradas na “Folha Religião”, que ocupava uma página, onde constavam matérias relacionadas à religião, escritas muitas vezes por membros da Igreja Católica, em geral posicionando-se em relação a diversos temas como a legalização do aborto e o divórcio.

Divórcio

Ao todo, identificamos 12 matérias que discutiam sobre o divórcio, nas quais fica clara a posição da Igreja Católica em relação ao tema, pois são tecidas diversas críticas afirmando que esse ato teria sido condenado por Jesus e que os casais deveriam fazer o máximo para manterem o casamento. Também encontramos 10 notícias sobre casais que estavam se separando e 8 sobre cursos para noivos, onde eram repassadas indicações de como proceder para manter e ter um casamento bem sucedido. Os cursos para noivos são apresentados pelo Jornal como uma “vacina” contra o divórcio.



Imagem 1 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 26 de Abril de 1972, p. 2-B.

Na matéria *Celibato e divórcio* (26/04/1972), escrita pelo padre Diolindo Coelho, é questionado se a Igreja deveria dar o divórcio para casais que não vivem

Realização:



Apoio:

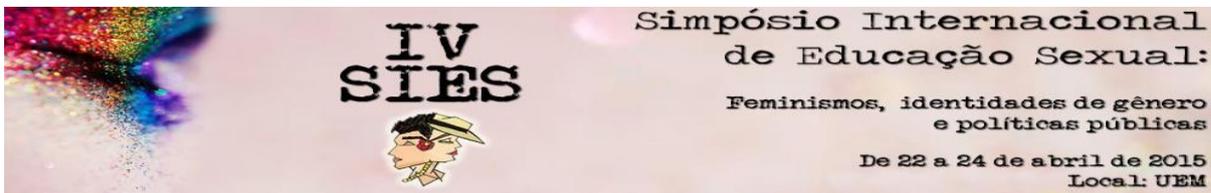


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





bem, assim como permitir que alguns padres se casassem. Como resposta, é colocado que a Igreja pode dispensar o celibato para alguns padres por motivos graves, o que tem feito desde 1965, pois esse foi definido pelo Magistério da Igreja e não imposto por Jesus. Em relação ao divórcio, ratifica-se a retumbante negativa, já que Jesus o condenou e por ser o Sacramento do Matrimônio uma instituição divina. Para corroborar o argumento, a matéria faz menção à passagem bíblica, extraída de Mateus 5, 32, que diz: “Eu, porém, lhes digo: todo aquele que se divorciar de sua mulher, a não ser por causa de fornicção, faz com que ela se torne adúltera; e quem se casa com a mulher divorciada comete adultério” (Mateus, 5, 32). Os casais devem suportar-se, continua padre Diolindo Coelho, quando um estiver nervoso, o outro deve permanecer calmo. Ensina a mulher como lidar com seu marido quando ele chegar em casa tarde ou embriagado, afirmando que:

Se por acaso o marido chegar tarde à casa ou embriagado, a esposa deixe passar a maré. Chegando a ressaca, chame a atenção dele com calma, bons modos e ponderação, tomando o cuidado de rezar antes, pedindo a Deus força de persuasão às suas palavras. Isso, uma, duas, três e até mais vezes. Um dia, Deus atenderá seus pedidos. (Folha do Norte do Paraná, 26/04/1972, p. 2-B).

A matéria ainda afirma que, se os casais não conseguirem viver em paz e houver risco de vida, não precisam viver juntos, mas também não podem casar-se novamente, cada um deve viver sozinho e guardar a castidade como um bom religioso.



Imagem 2 – Folha do Norte do Paraná (Capa), 06 de Junho de 1972.

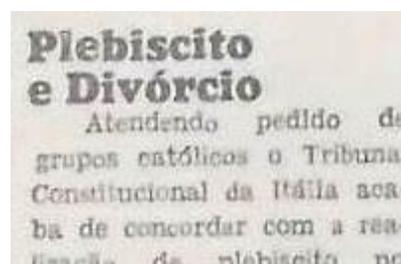


Imagem 3 – Folha do Norte do Paraná (Capa), 27 de Janeiro de 1972.

A matéria de capa *Divórcio outra vez rejeitado* (06/06/1972) informa que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal rejeitou o projeto que

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



autorizava a realização de plebiscito sobre aceitação ou não do divórcio no Brasil. A medida contra a legalização da dissolubilidade do matrimônio foi tomada a fim de manter as tradições do país. Em *Plebiscito e divórcio* (27/01/1972), afirma-se que em 1970 a lei de divórcio foi aprovada na Itália e que, após sua aprovação, grupos católicos mobilizaram-se para tentar anular essa lei por meio da realização de um plebiscito, que foi autorizado pelo Tribunal Constitucional da Itália e deveria ocorrer entre Abril e Junho de 1972.

De acordo com Fáveri (2007), no início da década de 1970 no Brasil, o senador da República Nelson Carneiro é eleito e retoma com força o projeto que previa a aprovação do divórcio no país, que se concretizou no ano de 1977. Em meio a esse processo “os discursos da Igreja insistiam na manutenção da família, instituída pelo casamento/sacramento, como instituição fundamental, de origem divina” (FÁVERI, 2007, p. 342). Nesse momento, a igreja, por meio de seus membros, se posiciona contra a implantação do divórcio, “Bispos, cardeais e padres, em todos os recantos do país, fizeram discursos enfáticos a seus fiéis, com as mais diversas representações da destruição que o divórcio causaria” (FÁVERI, 2007, p. 346). A campanha contra o divórcio ainda incluíram passeatas, entrega de panfletos e realização de abaixo assinados.

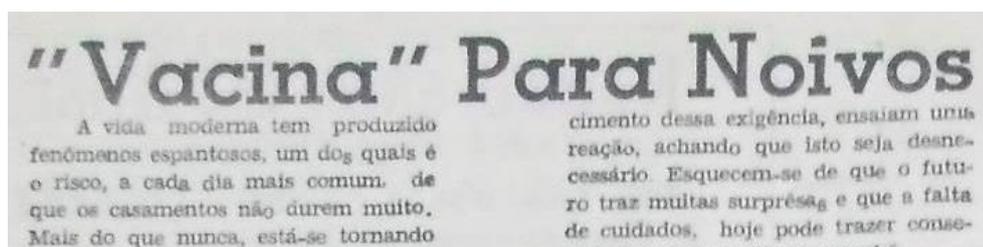


Imagem 4 – Folha do Norte do Paraná, 22 de Janeiro de 1972, p. 3-A.

Na matéria “*Vacina*” para noivos (22/01/1972), é visto com espanto que na vida moderna os casamentos não durassem muito tempo. São comparados com a loteria esportiva, onde é difícil acertar. Critica o fato de a sociedade ver a separação de um casal com certa naturalidade, pois há poucos anos era vista corretamente como um escândalo. As causas que estariam gerando a “epidemia de matrimônios infelizes” seriam diversas e complexas. Afirma-se que devem ser tomadas

Realização:



Apoio:

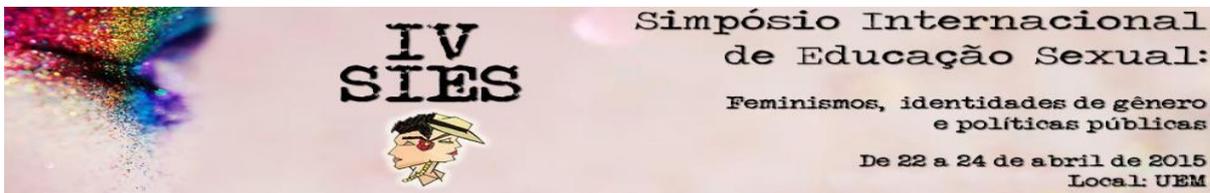


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





providências para evitar essa epidemia e elas deveriam ser tomadas pelos noivos. Os cursos para noivos seriam uma solução, pois serviriam como uma “vacina” contra a separação de casais. O Sacramento do Matrimônio seria ministrado aos noivos após a entrega de certificado que comprovasse a participação nos referidos cursos, além dos outros documentos solicitados.

A matéria finaliza convidando os noivos a procurarem o curso: “se você é noivo, procure um desses cursos e se torne apto para formar uma família feliz, tranquila, permanente, sem os riscos dos desajustes que têm levado atualmente a tristeza a tantos lares em toda parte.” (Folha do Norte do Paraná, 22/01/1972, p. 3-A).

De acordo com Senna (2006), a Igreja Católica defendia que seria preciso aprender a perdoar e tolerar, pois “se não houvesse preparação para esse sacrifício, as dificuldades e as incompreensões tomariam proporções gigantescas, impedindo ou pelo menos diminuindo a possibilidade de um convívio tranquilo e duradouro” (SENNA, 2006, p. 98). Os cursos para noivos, vistos como “vacina” contra a separação, atenderiam a necessidade de preparar os casais para uma vida conjugal tranquila e feliz.

Aborto

Com relação à temática do aborto, foram encontradas 8 matérias, todas elas apresentando fortes restrições a sua prática e o colocando como um crime.



Imagem 5 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 24 de Maio de 1972, p. 6-A.

Na matéria *A propósito do aborto* (24/05/1972) é destacado que o controle da natalidade e o aborto eram dois assuntos que estavam ganhando destaque. A

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





matéria faz críticas a artistas e personalidades francesas e alemãs que assumiram ter praticado aborto e lutavam pela sua legalização. Faz ainda ponderações ao deputado socialista da Itália, Loris Fortuna, que defende o divórcio e o aborto, afirmando que esse pensamento provoca a desintegração da família e a decadência dos bons costumes. Na contramão a esses defensores, informa que na França o apelo feito por Jean Foyer, presidente da associação de juristas para o respeito à vida, recebeu cerca de 218 manifestações de solidariedade oriundas de professores universitários, diretores de escolas superiores, magistrados, entre outros. Tais pessoas são contra a legalização do aborto, pois acreditam que a vida tem início na concepção e a “permissão legal para matar” iria contra o direito à proteção. Os juristas, contrários ao aborto, estariam solicitando aos parlamentares a rejeição a qualquer projeto de lei dessa natureza e que fiscalizassem as propagandas pró aborto, por serem consideradas abusivas, irresponsáveis e egoístas.

Na sequência, a matéria cita que o cardeal arcebispo de Paderborn na Alemanha escreveu uma carta onde dizia que “legalizar o aborto equivaleria a aplicar um novo programa de eutanásia que a execução de um nascituro, não constitui nenhum sinal de libertação e emancipação da mulher.” (Folha do Norte do Paraná, 24/05/1972, p. 6-A). Com essa afirmação, o cardeal estaria contrapondo um dos pontos explorados pelo assunto, em que a mulher só teria os mesmos direitos que o homem se pudesse abortar, sem penalidade legal, e ainda afirma que:

Nessa linha de argumentação pseudo-feminista, logo mais, certas lideranças estão reivindicando a mulher a paternidade, pois esse é um dos direitos do homem. Em todo caso, vê-se sem dificuldade como a concepção cristã sobre o feminismo é realmente, humana, enquanto que as reivindicações do feminismo integral – que visa a mais absoluta igualdade dos sexos é desumana e insustentável, em tantos aspectos. (Folha do Norte do Paraná, 24/05/1972, p. 6-A).

No fim da matéria, o aborto é comparado à pena de morte, afirmando-se ainda que o direito à vida é o primeiro e o mais fundamental entre os direitos, portanto o aborto seria um crime de assassinato. Rosado-Nunes afirma que

Realização:



Apoio:

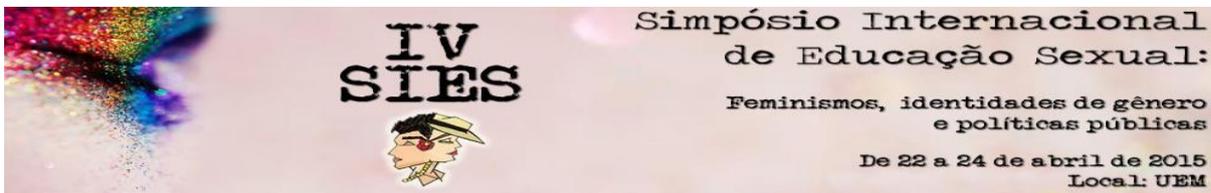


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





segundo o magistério da Igreja, desde o primeiro momento da fecundação há uma pessoa humana completa, o aborto torna-se um ato moralmente inaceitável e condenável, verdadeiro homicídio, i.e., um atentado contra a vida e, conseqüentemente, contra o próprio Deus, criador da vida, um pecado gravíssimo. (ROSADO-NUNES, 2012, p. 23).

Ao analisar a matéria, podemos identificar que estavam ocorrendo mudanças na forma de pensar questões como o aborto ao redor do mundo. A Igreja parece se sentir ameaçada com a onda de novos pensamentos que vinham tomando conta do país e do mundo, mesmo que de forma ainda discreta, sentindo a necessidade de contrapor essas novas ideias publicando matérias que as criticavam e exaltavam a moral cristã. De acordo com Kalsing “na luta pela imposição de suas ideias, a Igreja torna-se, muitas vezes, detentora de um poder simbólico, sobretudo quando consegue fazer valer seu modo de pensar e impor sua visão de mundo a toda sociedade”(KALSING, 2002, p. 300). Afirmava-se, assim, aos seus leitores, quais deveriam ser os valores a serem seguidos pela população, com o intuito de tentar impedir que esse novo pensamento se disseminasse pela sociedade.

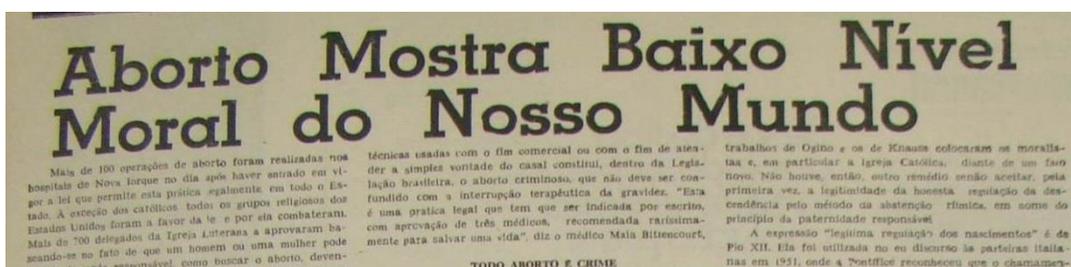


Imagem 6 – Folha do Norte do Paraná (Folha Religião), 21 de Setembro de 1972, p. 8-B.

A matéria *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo* (21/09/1972) informa que em Nova Iorque, um dia após a lei que permite o aborto ter entrado em vigor, cerca de 100 cirurgias foram realizadas. Foram a favor da lei todos os grupos religiosos dos Estados Unidos, exceto os católicos. A lei teria sido aprovada por se acreditar que uma mulher ou um homem pode tomar essa decisão de forma responsável, levando em conta o desenvolvimento do feto, a vida e a saúde da mãe, e sua responsabilidade perante esse ato.

Realização:



Apoio:



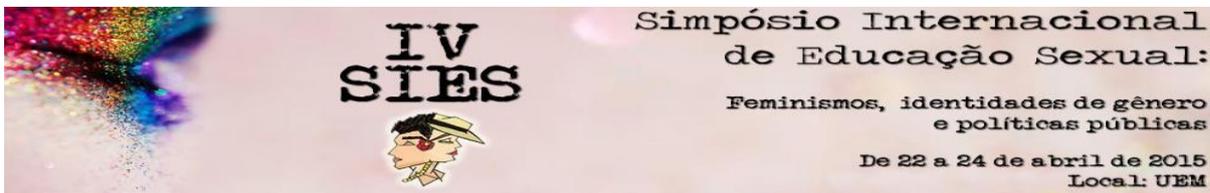
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



A matéria critica o aborto, afirmando que é um crime já antigo, praticado por sociedades decadentes e corrompidas. Salienta que a morte de milhares de jovens na guerra é lamentada e vista com indignação, mas as várias vidas que são eliminadas a sangue frio, ainda no ventre, pelas mães – chamadas na matéria de criminosas, egoístas e infanticidas – não são lamentadas, e poucas são as pessoas que se indignam com tal ato. Segue trazendo a definição do que seria um aborto criminoso e uma interrupção terapêutica da gestação:

Aborto é a expulsão ou extração intencional do fruto do amor. Ocorre quando é provocada a contração uterina, seja deslocando o ovo, seja retirando-o de mediató. Estas técnicas usadas com o fim comercial ou com o fim de atender a simples vontade do casal constitui, dentro da legislação brasileira, o aborto criminoso, que não deve ser confundido com a interrupção terapêutica da gravidez “está é um pratica que tem que ser indicada por escrito, com aprovação de três médicos, recomendada raríssimamente para salvar uma vida” diz o médico Maia Bittencourt. (Folha do Norte do Paraná, 21/09/1972, p. 8-B).

Afirma ainda que todo aborto é perigoso e traz diversos riscos para a mulher, como hemorragia, infecções, e impossibilidade de gerar outro filho. Segundo a matéria, na legislação brasileira, o aborto seria permitido legalmente em casos onde a vida da mãe é colocada em risco ou em casos de estupro. Já a Igreja Católica não aceita nem em casos extremos, nos quais levar a gestação adiante poderia causar a morte da mãe, pois, somente em legítima defesa, um ser humano teria o direito de tirar a vida de outro. De acordo com Kalsing (2002), a Igreja Católica “considera esse ato um crime, pois acredita na existência da vida humana a partir da fecundação do óvulo” (KALSING, 2002, p. 281).

Por fim, afirma-se que somente a educação da população, principalmente a das pessoas mais pobres, e o planejamento familiar, de acordo com os princípios da Igreja Católica, ajudariam a acabar com a indústria criminosa do aborto, uma vez que “o aborto é o crime que põe às claras o baixo nível moral do mundo contemporâneo. Seres humanos inocentes são vítimas de legisladores que se arrogam o poder de negar-lhes o direito fundamental de nascer. É um dever recorda-

Realização:



Apoio:

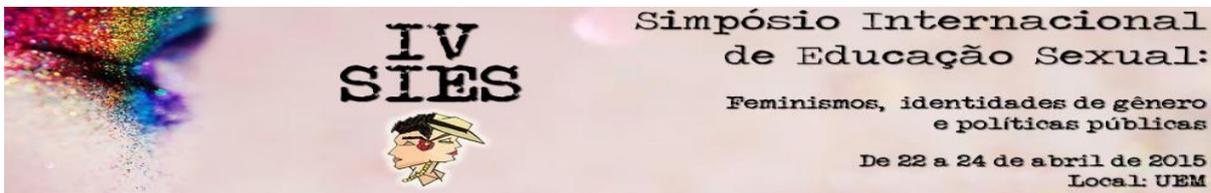


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





lhes que a Deus pertence esta prerrogativa” (Folha do Norte do Paraná, 21/09/1972, p. 8-B).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das edições do Jornal Folha do Norte do Paraná do ano de 1972, podemos perceber as influências nos conteúdos das matérias das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que vinham ocorrendo em todo o mundo.

Em relação à mulher, a década de 1970 foi marcada pela intensificação do feminismo no Brasil, o que provocou uma onda de novos pensamentos e discussões sobre as relações de gênero, sobre os espaços ocupados ou que deveriam ser por homens e mulheres na sociedade. Discussões em relação ao aborto, divórcio e sexualidade da mulher começam a ganhar espaço na mídia e em outros setores sociais, o que causou o início de uma disseminação de novos modos de pensar e ver a participação da mulher na sociedade. Com essa visão, o feminismo, que lutava pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela emancipação da mesma, vai ganhando visibilidade e apoio de uma parte da população.

No ano de 1972, notamos uma crescente onda de matérias relacionadas à moralização e à manutenção dos valores tradicionais cristãos. A maioria dessas matérias é encontrada na coluna intitulada “Folha Religião”, onde notamos a intensa presença dos valores religiosos. Em uma das matérias sobre divórcio, inclusive, é citada uma passagem bíblica para argumentar que esse era um ato condenado por Jesus e por isso a Igreja não poderia concordar, afirmando que os casais deveriam manter-se unidos.

Devido ao contexto histórico em questão, das transformações culturais, políticas, sociais e econômicas que marcaram a década de 1970, parecem se intensificar novos pensamentos, principalmente em relação à emancipação da mulher, discussões relacionadas ao divórcio, aborto, sexualidade, erotismo e normatização do corpo da mulher. O jornal, por sua vez, publica diversas matérias apresentando ressalvas a tais posicionamentos, exaltando a moral cristã com o

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



intuito de combater a crescente quebra dos valores defendidos pela Igreja Católica, como a dissolução do casamento considerado sagrado, o aborto, o erotismo, entre outros, transmitindo aos seus leitores e leitoras que as tradições deveriam ser preservadas para que se pudesse manter a ordem e a harmonia na sociedade e nas famílias, pois essas ideias estariam causando grandes prejuízos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, José Carlos. O bipartidarismo (1966-1978) e a volta do pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, R. B.; GONÇALVES, J. H. (orgs.). **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia em O Estado de São Paulo**. São Paulo: Omega, 1980.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, jan./jul. 2007.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid; TRINDADE, Zeidi; SANTOS, Maria de Fátima. Mulheres brasileiras e militância política durante a Ditadura Militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 41, n. 3, p. 359-370, jan. 2007.

KALSING, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul. **Caderno Pagu**, n. 19, p. 279-314, 2002.

MATEUS. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução e interpretação Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. Editora Paulus, 1991, p. 1244.

PAULA, Antonio Roberto de. **O jornal do bispo: a história da Folha do Norte do Paraná**, 2009. Disponível em: <<http://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-bispo-historia-da.html>>. Acesso em: 07 de mar. 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações 1: a era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2012, p. 469-512.

ROSA, Rita de Cássia Vianna. **As mulheres de "Paraiburgo": representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)**. Dissertação de Mestrado.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.

ROSADO-NUNES, Maria José. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. **Ciência e Cultura**, v. 64, n. 2, p. 23-31, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, 12(2), p. 35-50, maio/ago. 2004.

SENNA, Adriana Kivanski de. Moral cristã e a influência da religião no combate ao divórcio: a visão dos diários rio-grandinos – 1889/1916. **Biblos**, p. 93-101, 2006.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

VIANNA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 93-105.

ABORTION AND DIVORCE: WOMEN REPRESENTATIONS IN THE CATHOLIC PRESS AT THE NORTE DO PARANÁ

ABSTRACT: The research analyzes the representations of women propagated in 1972 in the Journal Folha do Norte do Paraná, printed media owned by the Catholic Church that circulated in the northern state during the years 1960 and 1970. It was performed the reading and tabulation of editions of the year 1972, which composed a total of 3,607 electronic files in the form of scanned photos of this newspaper. Were identified, in the the representations, influences of social, political, cultural and economic conditions that marked the beginning of the 1970s, such as the intensification of feminism in Brazil. Several reports attempted to criticize the thoughts that were emerging at the time and new ways of thinking about women in society. There were frequent publications that wove criticism about the legalization of abortion - compared to the death penalty, because the right to life would be the most important - and also to divorce, stating that this act would be condemned by Jesus. The reports exalted moral issues, for the purpose of maintenance and dissemination of Christian values. Based on the results, it was found the influence of religious values in the analyzed materials, although the Journal used to call itself as commercial.

Keywords: Women; Religion; Newspaper.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:

